



MERCADOS INSTITUCIONAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

*Regina Aparecida Leite de Camargo**
Matheus Ferreira Bocca

RESUMO

O presente artigo combina os resultados de três iniciativas centradas no estudo e fomento do acesso a mercados institucionais para produtores do assentamento de reforma agrária Córrego Rico, no município de Jaboticabal/SP: um projeto de extensão universitária, um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq e o trabalho de conclusão de curso de um dos autores. Criado em julho de 2003 como uma das ações do Programa Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) permite a abertura dos chamados mercados institucionais para os produtos da agricultura familiar, e contribui para o reconhecimento da importância dessa categoria de produtores. Desde 2014 um projeto de extensão universitária no assentamento discute com os produtores formas sustentáveis de aumentar a produção e conseqüentemente a participação nesses mercados. Em 2015 e 2016 uma pesquisa de campo entrevistou todos os assentados que participavam do PAA, num total de vinte e um agricultores, com a utilização de um questionário semiestruturado. Os resultados da pesquisa permitiram um melhor conhecimento do impacto do Programa na produção e condições de vida das famílias, bem como as dificuldades que encontram para acessá-lo. Por demanda dos produtores, desde 2016 as ações do projeto de extensão têm se concentrado na busca conjunta de formas de agregar valor aos produtos entregues para o PAA, como, por exemplo, a produção e certificação de produtos orgânicos e agroecológicos. Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa de campo sobre o PAA no assentamento Córrego Rico e de um curso de produção orgânica de hortaliças realizado no âmbito do projeto de extensão universitária.

Palavras-chave: Áreas de Assentamento. Produção orgânica e agroecológica. Segurança Alimentar

INSTITUTIONAL MARKETS FOR FAMILY FARMING AND EXTRACURRICULAR UNIVERSITY PROJECT

ABSTRACT

This article combines the results of three initiatives focused on studying and promoting access to institutional markets for agrarian reform settlement farmers of Córrego Rico, located in the municipality of Jaboticabal/SP: a university extracurricular project, a research project financed by CNPq, and the final monography of one of the authors. Created in July

* Doutorado em Engenharia Agrícola (UNICAMP). Departamento de Economia Rural, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Jaboticabal, SP. Contato: regina@fcav.unesp.br.

2003 as one of the actions of Fome Zero Program, the Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) allows the opening of the so-called institutional markets for the products of family farming, and contributes to the recognition of the importance of this category of producers. Since 2014, a university extracurricular project in the settlement discusses with producers sustainable ways of increasing production and consequently their participation in these markets. In 2015 and 2016, a field research interviewed all 21 settlers who participated in the PAA through a semi-structured questionnaire. The survey results enabled a better understanding of the impact of the Program on the production and on the living conditions of the families, as well as the difficulties they encounter to access it. From the farmers demand, since 2016 the project actions have been concentrated in the joint search for ways to add value to the products delivered to the PAA. The production and certification of organic and agroecological products is an example. This paper presents the results of the field research on the PAA in the resettlement area of Córrego Rico, and of a course on organic vegetable production carried out under the university extracurricular project.

Keywords: Resettlement areas. Organic and agroecological production. Food security

MERCADOS INSTITUCIONALES PARA LA AGRICULTURA FAMILIAR Y LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA

RESUMEN

Este artículo combina los resultados de tres iniciativas centradas en el estudio y la promoción del acceso a los mercados institucionales para los productores del asentamiento de reforma agraria Córrego Rico, en el municipio de Jaboticabal/SP: un proyecto de extensión universitaria, un proyecto de investigación financiado por el CNPq y el trabajo de finalización de uno de los autores. Creado en julio de 2003 como una de las acciones del Programa Fome Zero, el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) permite la apertura de los llamados mercados institucionales para los productos de la agricultura familiar, y contribuye al reconocimiento de la importancia de esta categoría de productores. Desde 2014 un proyecto de extensión universitaria en el asentamiento analiza con los productores formas de incrementar la producción sostenible y, por consiguiente, la participación en estos mercados. En 2015 y 2016 un estudio de campo entrevistó a todos los asentados que participaron en el PAA, un total de 21 agricultores, con el uso de un cuestionario semiestructurado. Los resultados del estudio han permitido una mejor comprensión del impacto del programa sobre la producción y las condiciones de vida de las familias, así como las dificultades que encuentran para acceder a él. Por demanda de los productores, desde 2016 las actividades del proyecto de extensión se han concentrado en la búsqueda conjunta de maneras de añadir valor a los productos entregues a lo PAA, como, por ejemplo, la producción y la certificación de productos orgánicos y agroecológicos. Este trabajo presenta los resultados de la investigación de campo sobre el PAA en el asentamiento Córrego Rico y un taller de producción orgánica de hortalizas realizado en el ámbito del proyecto de extensión universitaria.

Palabras clave: Areas de asentamiento. Producción orgánica y agroecológica. Seguridad alimentaria.

INTRODUÇÃO

A construção da Lei de Política Agrícola de 1991 foi fortemente influenciada pelo processo de abertura democrática da década de 1980 e o fortalecimento das instituições e atores que representavam os produtores familiares. A Lei reconheceu a diversidade dos agricultores brasileiros e previu a construção de uma política agrícola diferenciada para os pequenos agricultores (MIELITZ NETO, 2010; DELGADO, 1994, apud [GRISA E PORTO, 2015](#)).

A partir de meados da década de 1990 a agricultura familiar ganha reconhecimento como principal categoria de produtores responsável pelo abastecimento da cesta básica da população brasileira, e passa a ser alvo de uma série de programas de políticas públicas específicos ([ESQUERDO E BERGAMASCO, 2015](#); [GRISA E PORTO, 2015a](#)). Dentre esses programas destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de 1996, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reformulado pela Lei 11.947 de 2009.

O PAA foi criado a partir da Lei 10.696 de julho de 2003, como resultado da articulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), com o Governo Federal brasileiro, como uma das pautas pertinentes ao Programa Fome Zero ([SIMÃO, 2014](#)). O Programa busca amenizar um dos principais gargalos da produção familiar: o acesso a mercados e a uma remuneração justa de seus produtos; mas visa também garantir alimentos a regiões com riscos de insegurança alimentar ([ABREU, 2012](#)).

O acesso ao PAA é garantido para todos os grupos de produtores definidos como familiares pela Lei 11.326, mas no estado de São Paulo o acesso é maior entre assentados da reforma agrária ([CAMARGO et. al. 2013](#)). Além dos assentados, o PAA é um programa atraente também para comunidades indígenas, e demais povos e comunidades tradicionais (MDA, 2016).

No governo Lula os programas para a agricultura familiar aproximaram-se de programas de políticas sociais, como foi o caso do PAA, implementado, na época, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O PAA surge em 2003 juntamente com o programa um milhão de cisternas, somando-se na mesma década o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) em 2004, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para a Agricultura Familiar em 2008, e a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2009 com a Lei 11.947, que fortaleceu a agricultura familiar ao estabelecer que 30% dos recursos repassados para os municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) para a alimentação escolar, tinham que ser gastos com a aquisição de produtos de agricultores familiares.

Até 2016 o PAA era executado pela Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) com fundos do MDS e MDA. O Programa é dividido em seis linhas distintas: Compra com Doação Simultânea, Formação de Estoques, Compra Direta, PAA Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. Cada modalidade conta com um limite anual, por produtor ou entidade representante, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Para acessar o Programa o produtor deve ser portador da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que atesta sua condição de agricultor familiar. Organizações formais de produtores devem ter uma DAP jurídica, condição em que mais de 50% dos

sócios detém DAP de pessoa física. A linha “Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite” aplica-se apenas para o norte do estado de Minas Gerais e estados das regiões norte e nordeste. O teto maior para produtores que acessam o Programa através de cooperativas e associações tem o objetivo de reforçar essas organizações. A modalidade “Compras Institucionais” amplia a possibilidade de aquisição de produtos da agricultura familiar por instituições públicas através de Chamadas Públicas, dispensando-se o procedimento licitatório, como ocorre com o PNAE.

Tabela 1: As modalidades do PAA

Modalidades do PAA	Limites	Finalidades
Compra com Doação simultânea	Limite de R\$ 6.500,00, por produtor individual ou R\$ 8.000,00 por organização formal.	Promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.
Compra Direta da Agricultura Familiar	R\$ 8.000,00/ano por unidade familiar.	Sustentar os preços da produção familiar no mercado
Formação de Estoque	R\$ 8.000,00/ano por unidade familiar e 1,5 milhão/ano por organização.	Apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	R\$ 4.000,00 por unidade familiar por semestre	Distribuição de leite para famílias vulneráveis. Incentivar a produção de leite pelos agricultores familiares
Aquisição de Sementes	R\$ 6 milhões por organização fornecedora	Comprar sementes de organizações da agricultura familiar detentoras da DAP Jurídica
Compra Institucional	R\$ 20.000,00 por DAP física e seis milhões por DAP jurídica.	Possibilitar a compra de alimentos da agricultura familiar por meio de Chamadas Públicas

Fonte: [BRASIL. MDS, 2016](#)

Dentre os benefícios da participação no PAA, podem ser citados: os contratos de entidades representantes dos agricultores diretamente com a Conab, ou as parcerias da Conab com prefeituras municipais possibilitam a aquisição de uma grande diversidade de produtos da agricultura familiar e o estabelecimento de relações de confiança entre os produtores e instituições locais, como creches, restaurantes populares, ONGs, etc. Alguns desses produtos, sobretudo os mais tradicionais, não teriam outras possibilidades de escoamento ([SILIPRANDI; CINTRÃO, 2014](#)). Para [Delgado et. al. \(2005\)](#), o PAA possibilita ainda uma recuperação de preços recebidos pelos produtores, uma vez que a própria chamada pública já estabelece preços mais justos que os praticados por atravessadores.

Com o PAA nas modalidades de Compra Direta e Doação Simultânea ocorre uma aproximação dos agricultores com os agentes públicos e demais organizações da sociedade civil, aliviando, até certo ponto, as dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares, como pouco acesso aos recursos públicos, falta de capital, deficiência dos

serviços de assistência técnica, pouca ou nenhuma presença de infraestrutura nas propriedades e lotes, atuação insuficiente da administração pública e fraca organização em cooperativas e associações ([GRISA; PORTO, 2015](#)).

Uma pesquisa conduzida pela Universidade de Araraquara (UNIARA) em assentamentos das regiões Central e Leste de São Paulo constatou que a região Central destinava para o PAA 14% de seus cereais, 27% das hortícolas, 30% das frutas, incluindo as destinadas ao PNAE, e 28% dos tubérculos. Na região Leste eram 31% dos cereais, 35% das hortícolas, 32% das frutas e 33% dos tubérculos ([FERRANTE et. al 2011](#))

A participação no PAA e PNAE pode contribuir significativamente para a promoção de segurança e soberania alimentar entre as famílias de produtores e aquelas receptoras de seus produtos ([CAMARGO et al, 2016](#)). Para os produtores esses programas podem trazer uma maior diversificação da produção e do consumo principalmente de hortaliças e um aumento da renda familiar. Para as famílias beneficiárias da linha Doação Simultânea e os alunos de escolas que recebem os produtos da agricultura familiar pelo PNAE, esses programas garantem o acesso a produtos produzidos localmente, frescos e mais sintonizados com os hábitos alimentares locais. Outro benefício desses programas é a promoção dos chamados circuitos curtos de comercialização, com menos transporte e desperdício de alimentos.

Mas para que programas de política pública, como o PAA e PNAE, atinjam plenamente seus objetivos é necessário que os produtores recebam apoio para o desenvolvimento e gerenciamento dos projetos, pelos organismos oficiais de assistência técnica e extensão rural e de parcerias, como a que pode ser firmada com as universidades através da extensão universitária. Uma área de assentamento pode ser considerada um sistema agrário formado por um conjunto de subsistemas, representados pelas diferentes unidades de produção, no trabalho de extensão essa totalidade deve ser desvendada em conjunto com o público dos seus serviços através de ferramentas que permitam a participação no diagnóstico da realidade e na construção de propostas de intervenção. ([SUZANEIDE, et. al, 2011](#); [VERDEJO, 2006](#))

O objetivo desse trabalho é retratar o impacto do PAA no assentamento Córrego Rico e como a extensão universitária pode contribuir para o acesso ao mesmo; os ganhos e dificuldades e a avaliação das famílias sobre o Programa; o impacto do PAA na renda das famílias; as mudanças no sistema produtivo em decorrência da participação no Programa; a identificação dos principais produtos entregues para o PAA e uma estimativa da contribuição do Programa para a segurança alimentar das famílias. Também são apresentadas ações de extensão que visam maior inserção dos produtores em mercados institucionais.

MATERIAIS E MÉTODOS

O assentamento Córrego Rico foi escolhido para esse estudo pela familiaridade com as famílias, o desenvolvimento de um projeto de extensão universitária no local, a proximidade do assentamento com o município de Jaboticabal e seu potencial como fornecedor de produtos da agricultura familiar para mercados institucionais. Como pode ser visto na imagem por satélite (Figura 1), o assentamento aparece como uma área de diversidade num entorno dominado pela cultura da cana de açúcar.

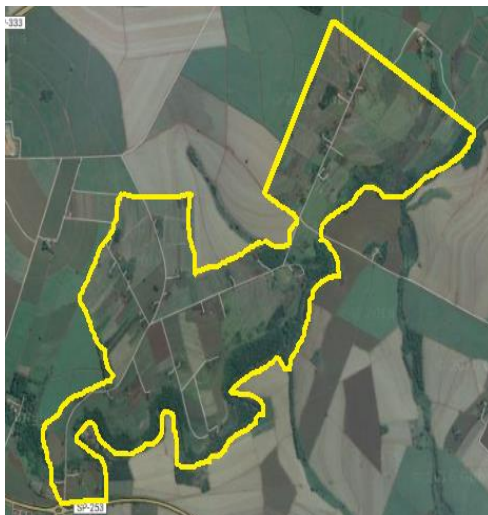


Figura 1. Os limites do assentamento Córrego Rico
Fonte: Google Earth, 2016

A luta pelo acesso à terra dos assentados do Córrego Rico teve início quando trabalhadores sem-terra participaram das ocupações pós-greife de Guariba, em 1984, e acabaram por ocupar as terras do horto da “Ferrovias Paulista S/A” (FEPASA), em 29 de maio de 1998. Inicialmente foram assentadas 47 famílias, mas estima-se que atualmente em torno de 60 famílias moram no assentamento. O assentamento possui 468 hectares de área total e 362 hectares de área agrícola. Em 2003 foi criada a “Associação de Produtores da Agricultura Familiar A Terra Rica”, atualmente responsável pelos projetos conjuntos do PAA e PNAE. Algumas famílias do assentamento acessam esses programas individualmente, entregando principalmente para a prefeitura de Araraquara, e também o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), com a entrega de alguns produtos para o campus de Jaboticabal da Unesp.

Para a realização da pesquisa de campo foi utilizado um questionário semiestruturado, contendo questões relativas à situação dos assentados e características de sua propriedade e do sistema produtivo; sua inserção no PAA; se conseguiram ou não atender a todas as demandas do Programa e se atingiram a cota a que tinham direito.

Questionários são classificados em três tipos: inteiramente estruturados, semiestruturados e de observação participante. Os semiestruturados possibilitam um pouco mais de abertura que os inteiramente estruturados, por conter perguntas que permitem a intervenção do entrevistador e serem mais rápidos que a observação participante, baseada em perguntas abertas e depoimentos dos entrevistados ([BAUER; GASKELL, 2002](#)).

[Boni e Quaresma \(2005\)](#) classificam os questionários semiestruturados como uma mistura de perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistador fica livre para limitar o volume de informações e direcionar o tema, além de esclarecer os pontos que não ficaram tão claros; seguindo ao mesmo tempo um conjunto de questões pré-definidas. Esse tipo de questionário apresenta a possibilidade de evitar enganos no entendimento do entrevistado e de determinar a duração da entrevista em cima de cada tema. A qualidade vai depender do entrevistador e das questões por ele pré-definidas.

Nesta pesquisa os questionários foram aplicados pessoalmente na forma de entrevista com os proprietários do lote, marido e mulher quando foi possível. As respostas foram posteriormente transferidas para um banco de dados no programa Excel e analisados de acordo com a categoria a qual a pergunta correspondia. As entrevistas foram feitas no

segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016 e foram entrevistadas todas as 21 famílias do assentamento de Córrego Rico que participavam ou já haviam participado do PAA. Também foram entrevistados os presidentes da associação de produtores do assentamento.

Uma das principais ações de extensão universitária realizada no assentamento foi um curso de 120 horas de produção orgânica de hortaliças. O curso partiu de uma demanda de um grupo de produtores que estão investindo numa produção orgânica/agroecológica certificada. As atividades práticas ocorreram nos próprios lotes e o curso foi uma boa oportunidade de diálogo e compartilhamento do conhecimento técnico de professores e alunos com o conhecimento empírico e prático dos produtores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Características das famílias entrevistadas e dos lotes

Em relação às características das famílias entrevistadas, a pesquisa de campo levantou os seguintes dados: A idade média do casal principal era de 55 anos para os homens e 53 anos para as mulheres; a casa principal abrigava uma média de três moradores e 85 % dos maiores de 18 anos trabalhavam no lote. A composição demográfica das famílias entrevistadas aparece na Figura 2.

Em relação ao trabalho fora do lote, os resultados estão representados na Figura 3. Como pode ser observado, são principalmente os filhos e as mulheres que saem do assentamento para trabalhar.

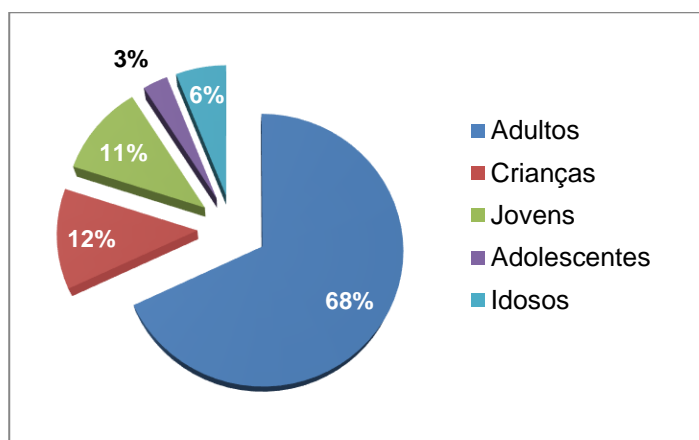


Figura 2: Composição das famílias entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo 2015/16

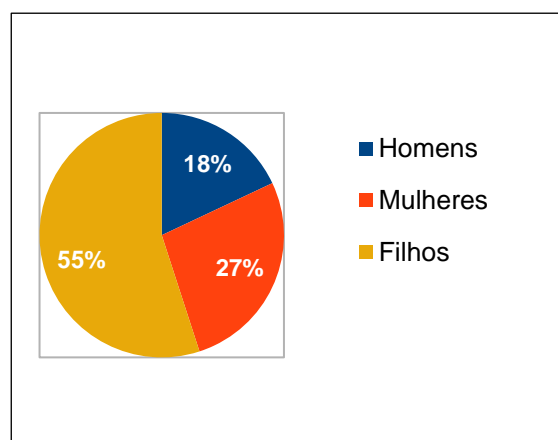


Figura 3: Porcentagem dos membros da família que realizavam trabalho fora do lote

Fonte: Pesquisa de campo, 2015/16

Os lotes dos assentados entrevistados variaram de um mínimo de 4 ha para um máximo de 9,7 ha, dependendo de sua localização, ficando a média em 7,35 ha. Dos entrevistados, nenhum contratava trabalhador permanente, mas 53% contratavam serviços terceirizados ou trabalhadores temporários, principalmente para serviço de trator (64%) e plantio, capina e colheita (45%).

Participação no PAA

Como já colocado, o PAA estipula um valor máximo (teto) que cada produtor portador de DAP pode entregar. Para a modalidade que os assentados mais acessaram, a Compra por Doação Simultânea, esse teto é de R\$ 6.500,00 para quem entrega individualmente e R\$ 8.000,00 para quem entrega pela associação. Dos entrevistados, 72% conseguiram atingir o teto no último ano agrícola. Esses agricultores responderam que se o teto fosse maior poderiam repassar mais produtos, ou seja, com um limite maior o PAA poderia ser um veículo mais eficiente para o escoamento de produtos que muitas vezes não tem outra saída. Os que não conseguiram entregar o teto alegaram falta de recursos para investir na produção ou problemas de saúde, e nesses casos os recursos das vendas para o PAA variaram entre R\$ 2.000,00 a R\$ 4.500,00.

Ao serem questionados há quanto tempo forneciam alimentos para o Programa, suas respostas geraram a figura abaixo:

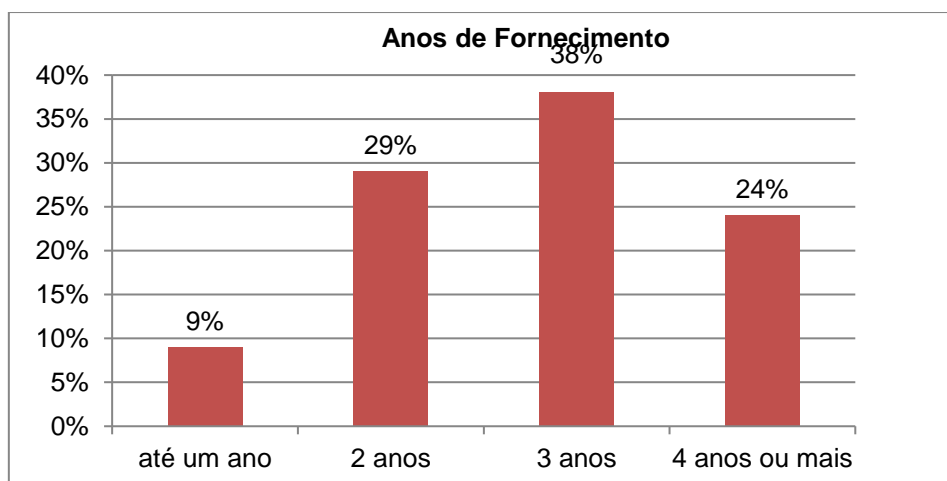


Figura 4: Tempo de fornecimento para o PAA

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Como pode ser observado na Figura 4, 62% dos entrevistados forneciam produtos para o PAA há três anos ou mais. Quando perguntados como tiveram conhecimento do Programa, as respostas remeteram a três fontes: técnicos de ATER, associação e outros agricultores. Podemos ver na Figura 5 as proporções:

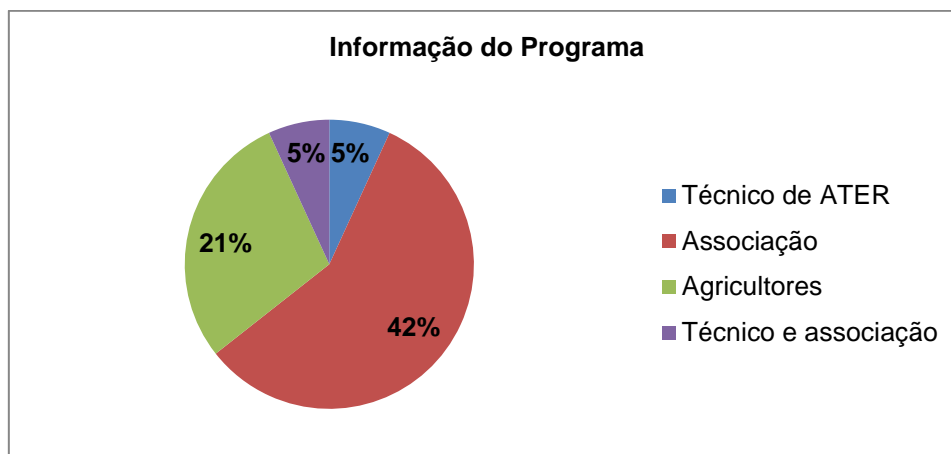


Figura 5: Como os entrevistados ficaram sabendo do PAA

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Ou seja, as organizações de produtores, como associações e cooperativas, são um importante veículo para disseminação de programas de políticas públicas para a agricultura familiar. No trabalho de Esquerdo e Bergamasco (2015), a falta de conhecimento sobre o programa é levantado como um dos problemas, tanto pelos agricultores como por gestores públicos. Como visto no gráfico acima, a dispersão é baixa por outras fontes que não sejam os próprios agricultores e suas organizações.

A pesquisa perguntava se a participação no PAA provocou mudanças nas atividades agrícolas exercidas nos lotes. Como pode ser observada na Figura 6, a maior parte dos entrevistados (58%) respondeu que a participação no Programa fez com que aumentassem a área e diversificassem a produção.

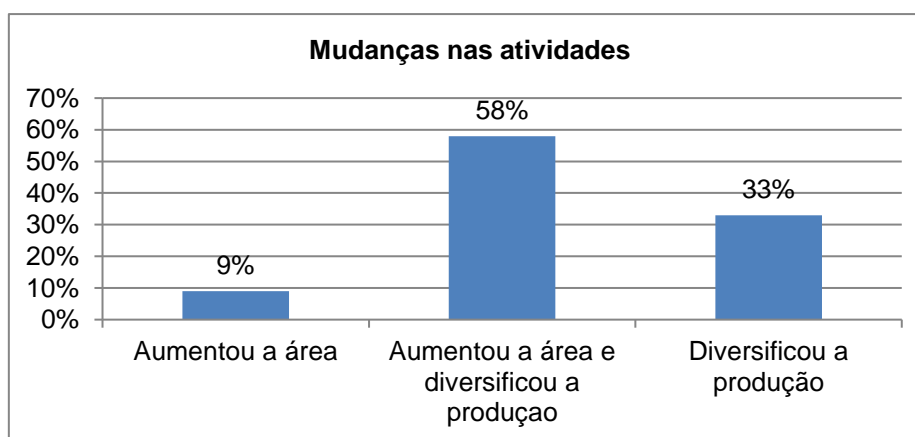


Figura 6: Mudanças na área produtiva pela participação no programa

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Para se adaptar ao Programa, 55% dos entrevistados precisaram fazer alguma melhoria no lote, sendo que a maioria deles implantou algum sistema de irrigação. Por outro lado, 80% respondeu que a renda da participação no Programa possibilitou a realização de melhorias nos lotes.

Apesar da sua importância, o PAA não é o único canal de escoamento da produção do assentamento. Quando perguntados sobre onde eram comercializados os produtos não entregues para o PAA, as respostas dos entrevistados geraram o gráfico da Figura 7. Para

81% dos respondentes os atravessadores continuam sendo os principais compradores da produção.

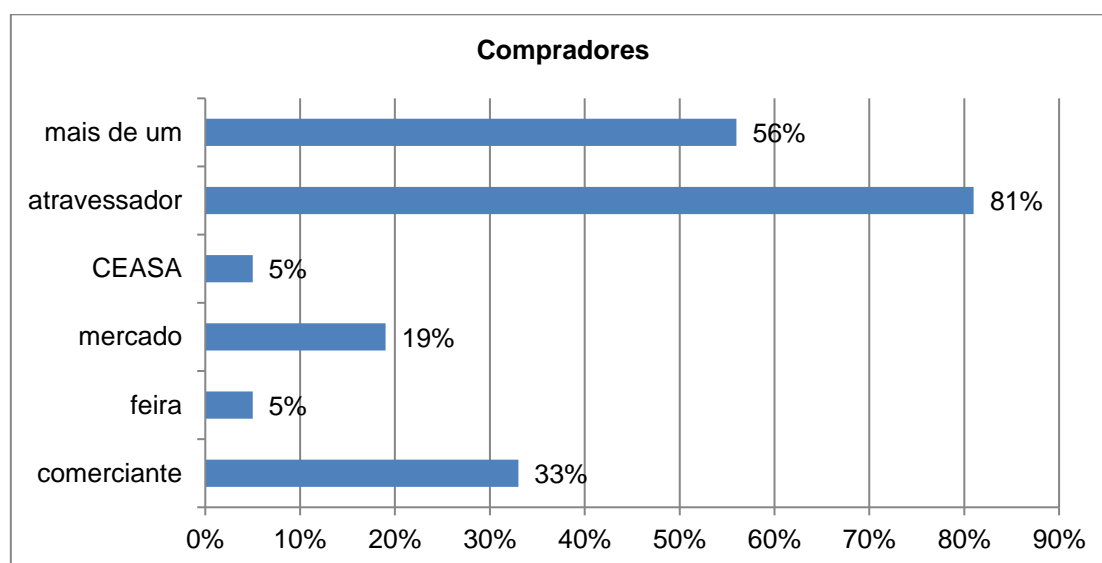


Figura 7: Canais de escoamento dos produtos que não são vendidos no PAA

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Um total de 80% dos agricultores entrevistados alegou ser mais vantajoso vender ao PAA que outros mercados. Entre os motivos elencados estão poder vender seus produtos com mais tranquilidade e ter a garantia da venda. Os restantes 20% apresentaram como principal motivo de insatisfação o atraso no pagamento. Trabalhos como os de [Grisa e Porto \(2015\)](#), [Siliprandi e Cintrão \(2015\)](#) e [Ferrante et al \(2011\)](#) confirmam que o PAA se tornou um novo canal de escoamento importante para o produtor familiar, como pode ser visto no assentamento de Córrego Rico. Para alguns produtos que integram as vendas para o Programa, a porcentagem entregue chega a 100%.

Poucos agricultores conseguiram afirmar com certeza se o Programa pagava mais ou menos que outras vias de comercialização, mas 29% deles indicou um acréscimo de 20 a 35% a mais. Quando indagados se o preço do PAA era justo, 80% respondeu que, em geral, consideravam o preço justo. Mas perto da metade deles alegou insatisfação com o preço de algum produto específico, conforme a Tabela 2. Uma das dificuldades de comparação do preço pago pelo Programa em relação a outras vias de comercialização é que o preço contratado é fixo para o tempo de duração do projeto, ou seja, não está sujeito às variações do mercado, podendo estar, portanto, acima ou abaixo do preço de mercado num determinado momento.

Tabela 2. Produtos com preço considerado insatisfatório pelos entrevistados.

Produto	Nº de agricultores insatisfeitos*	Produto	Nº de agricultores insatisfeitos*
Brócolis	2	Milho	1
Folhagens	2	Quiabo	1
Hortaliças	3	Mandioca	1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015/16

*Número de produtores insatisfeitos com o preço do produto

O levantamento dos produtos entregues para o PAA gerou a Tabela 3. Como pode ser observado, a mandioca aparece como principal produto, notadamente pela facilidade de seu cultivo.

Tabela 3. Principais produtos entregues para o PAA

Produtos	% de agricultores*	Produtos	% de agricultores*	Produtos	% de agricultores*
Mandioca	85%	Milho verde	25%	Rabanete	5%
Manga	65%	Berinjela	25%	Brócolis	5%
Abobora	60%	Jaca	20%	Abobrinha	5%
Abacate	55%	Acerola	20%	Almeirão	5%
Quiabo	35%	Alface	15%	Couve	5%
Banana	35%	Pepino	15%	Abobora Seca	5%
Goiaba	35%	Cheiro Verde	10%	Batata	5%
Limão	35%	Maxixe	10%	Morango	5%
Jiló	30%	Milho	10%	Soja	5%

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

*Porcentagem de produtores que entregavam o produto

Os produtos entregues ao PAA podem ter diferentes graus de processamento, mas no caso do Córrego Rico a maioria dos produtos era entregue in natura. Apenas três produtores entregavam mandioca descascada, o que pode ser considerado grau médio de processamento.¹

No momento da pesquisa os assentados participavam do PAA através da associação “Terra Rica”, que entregava os produtos para a Conab e realizava o pagamento, de acordo com o entregue por cada produtor.

Para aferir as dificuldades que os produtores encontravam para participar no Programa, foi pedido ao entrevistado que desse uma nota de 0 a 5 de acordo com o grau de dificuldade do problema em questão, num total de sete opções: não pode entregar mais que o teto do Programa; dificuldades para produzir; dificuldade de entregar o produto no ponto de coleta ou recebimento; atraso no pagamento; falta de pagamento; problemas com a gestão da associação e falta de assistência técnica. A nota 5 representava alto grau de dificuldade e a 0 que a alternativa não consistia em problema significativo. Com as respostas se obteve o gráfico da Figura 8:

¹ In Natura: não possuem nenhum tipo de processamento.

Médio grau de processamento: aquele que pode ser feito na própria unidade produtiva, como legumes descascados e ovos higienizados e embalados.

Alto grau de processamento: que precisam ser industrializados em local específico.

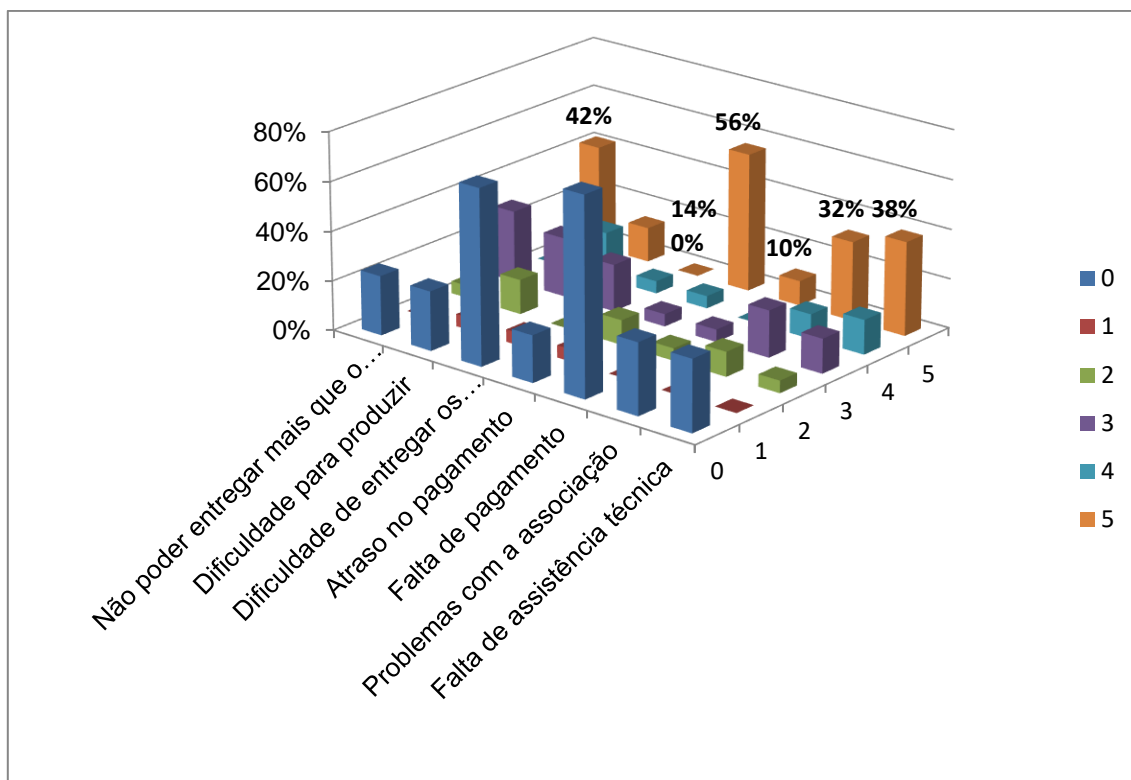


Figura 8: Problemas encontrados pelos agricultores em seus lotes de acordo com a dificuldade
Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Pelos resultados apresentados na Figura 8, as alternativas: não pode entregar mais do que o teto estipulado pelo Programa; atraso no pagamento e falta de assistência técnica foram as que receberam o maior número de notas 5, embora a opção referente a problemas com a associação tenha recebido uma porcentagem de notas altas próxima à da falta de assistência técnica. Por outro lado, as alternativas que os entrevistados menos consideraram um problema foram referentes às dificuldades para entregar o produto e falta de pagamento.

A insatisfação com o teto do Programa, ou com a falta de assistência técnica, aparece também nos trabalhos de [Esquerdo e Bergamasco \(2015\)](#), [Camargo et al \(2013\)](#) e [Ferrante et al \(2011\)](#). A deficiência na assistência técnica prestada aos assentamentos é uma reclamação recorrente, que se torna ainda mais preocupante no cenário atual de extinção do MDA e cancelamento de vários concursos na área de ATER.

As respostas relativas aos principais problemas encontrados para produzir geraram a Tabela 4.

Tabela 4: Problemas encontrados pelos agricultores para produzir.

Problemas	% de agricultores
Falta de assistência técnica	10%
Doenças e pragas nas plantas	57%
Falta de água para irrigação	52%
Falta de capital de giro	38%
Solo ácido	10%
Falta de maquinário	24%
Não ter onde entregar	10%
Clima	10%
Conseguir sementes	5%
Conseguir esterco	5%

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

O PAA e a segurança alimentar

O PAA pode contribuir para a segurança alimentar das famílias através do aumento e maior diversificação da produção ou por um incremento na renda familiar. A seguir apresentamos os resultados das questões referentes à renda das famílias entrevistadas, o aporte do Programa na alimentação e ainda o resultado da aplicação do questionário da Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA).

Para aferir a renda familiar, o questionário pedia ao entrevistado que escolhesse uma entre várias opções de faixa de renda. As respostas geraram o gráfico da Figura 9

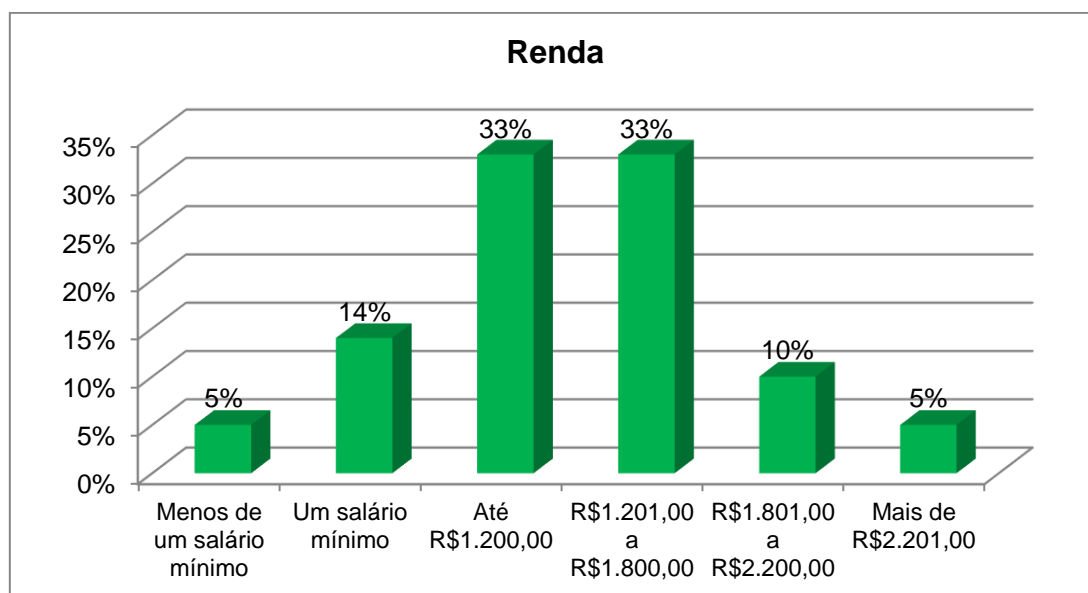


Figura 9: Porcentagem dos agricultores de acordo com a faixa de renda

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Como pode ser observado na Figura 9, a maioria das famílias entrevistadas encontrava-se numa faixa de renda entre R\$ 1.200,00 e R\$ 1.800,00. Quando questionados se a participação no PAA melhorou a renda familiar, 80% respondeu que sim, embora não soubessem precisar de quanto foi esse aumento.

Por outro lado, quando perguntados se o PAA melhorou a alimentação da família, 50% respondeu que sim, por causa do incremento na renda e diversificação da produção. Os que disseram que não, alegaram que muito já era produzido na propriedade e mesmo com maior renda, acabaram não modificando a alimentação. Quem respondeu que houve melhoria na alimentação foi perguntado quais alimentos passarão a ser consumidos após a participação no PAA. As respostas estão agrupadas na Figura 10:

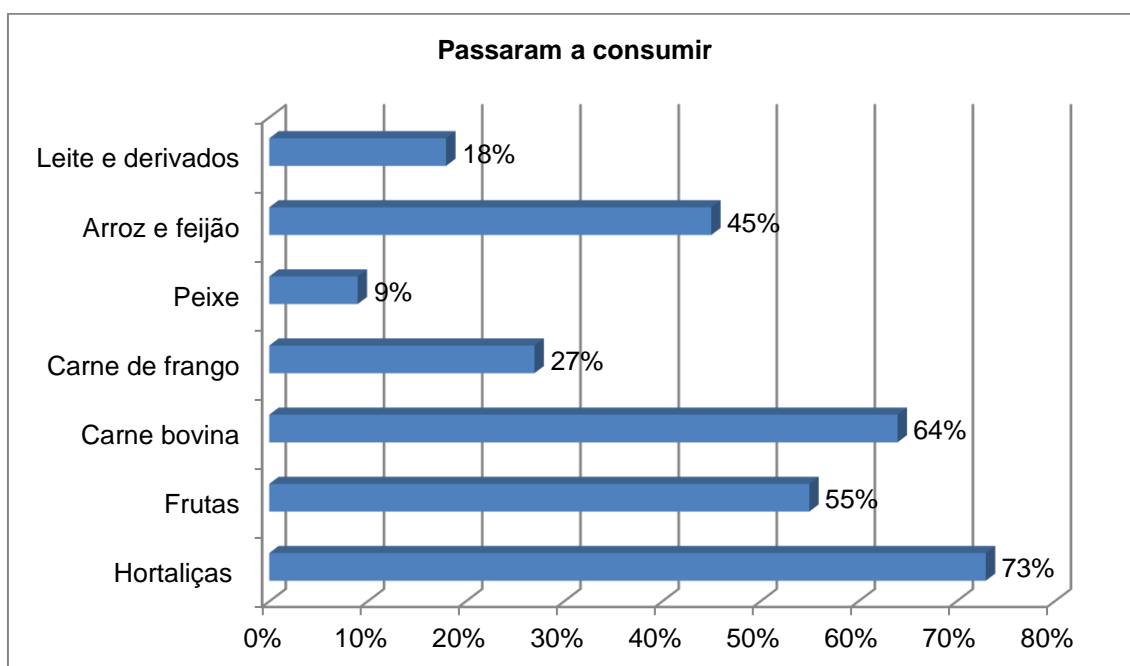


Figura 10: Alimentos que os agricultores passaram a consumir ao participar do PAA

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Os produtos que passaram a ser mais consumidos pela maioria dos assentados foram hortaliças, carne bovina e frutas. No caso das hortaliças e frutas os assentados relataram que o aumento do consumo se deve ao aumento da produção para a entrega para o Programa, já no caso da carne bovina, o maior consumo está ligado ao aumento na renda familiar.

Como já mencionado, também foi aplicado entre os entrevistados o questionário da EBIA, uma metodologia desenvolvida nos EUA e adaptada à realidade brasileira, que pede diferentes níveis de insegurança alimentar: leve, moderada e grave, conforme retratado na Figura 11.

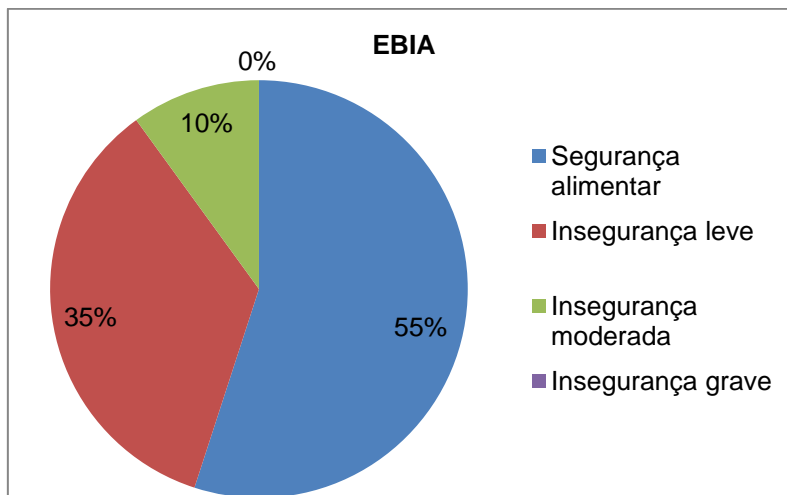


Figura 11: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar dos participantes do programa
Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Não foi constatado nenhum caso de insegurança alimentar grave entre as famílias entrevistadas, e mais da metade encontrava-se na situação classificada como segurança alimentar. Quando somados as taxas de segurança alimentar e a insegurança leve, temos um total de 90% dos entrevistados, restando apenas 10% com insegurança moderada. Ou seja, o PAA no Córrego Rico parece estar cumprindo um de seus objetivos que é a promoção da segurança alimentar.

Quando relacionamos a renda com a segurança alimentar, verifica-se que ao aumentar a renda diminui-se a insegurança alimentar, chegando a 100% de segurança alimentar com renda por volta dos R\$ 1.800,00/mês. Por outro lado, um salário mínimo por mês, não foi suficiente para garantir a segurança alimentar no caso estudado.

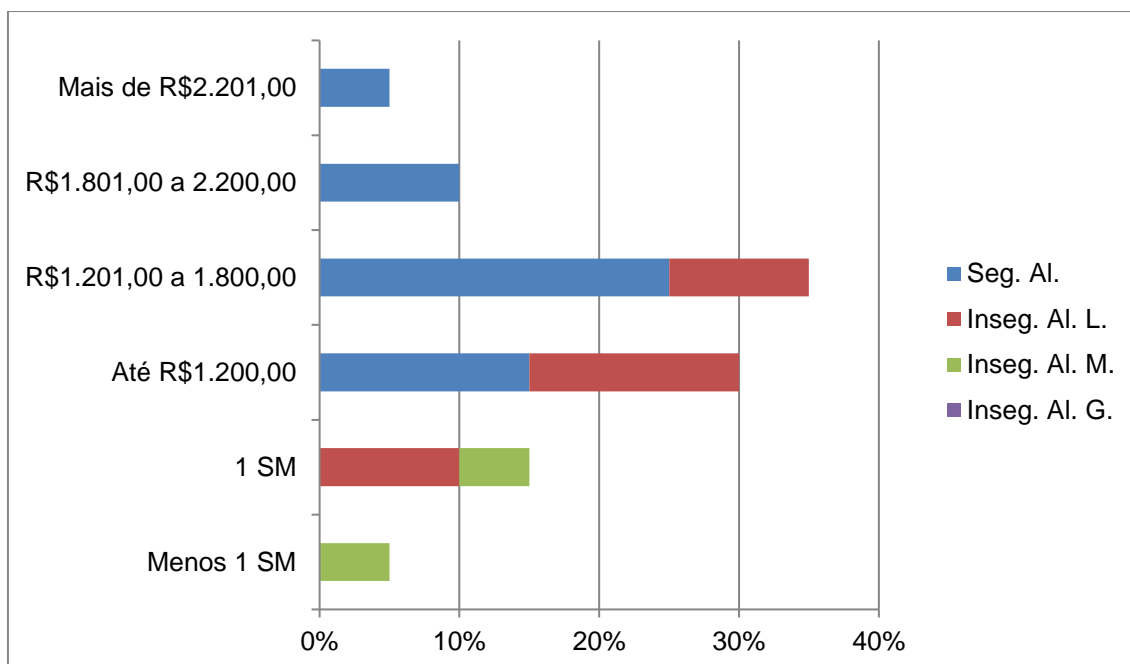


Figura 12: EBIA de acordo com a faixa de renda
Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Produção orgânica/agroecológica e a extensão universitária

Do total de produtores entrevistados, 29% se considerava orgânico/agroecológico, por não fazer uso de agroquímicos, mas não possuíam nenhum tipo de certificado, e, portanto, não recebiam à mais pelos produtos entregues para o PAA. Praticamente metade deles respondeu que gostaria de ter produção orgânica certificada, por considerar ser melhor para a saúde, gastar menos com venenos e adubos e agregar valor à produção. Os que não têm interesse alegaram a dificuldade de produzir sem insumos químicos, o excesso de pragas e a falta de conhecimento sobre os orgânicos.

Após a realização dessa pesquisa, o grupo que gostaria de ter uma produção orgânica certificada demonstrou interesse em aprofundar os conhecimentos sobre técnicas de produção orgânica e agroecológica, de forma a facilitar o processo de transição.

A transição agroecológica deve ser vista como um processo gradativo de recuperação do equilíbrio de um agroecossistema, e não apenas o abandono de práticas proibidas na certificação orgânica, como o uso de insumos químicos. Como bem resume [COSTABEBER \(2006\)](#):

Mestres agroécólogos, como Stephen Gliessman e Miguel Altieri, nos alertam a respeito dos níveis da transição agroecológica e sua complexidade inerente, sugerindo – como referência geral e didática – a existência de pelo menos três níveis fundamentais, que vão do mais simples ao mais complexo: a racionalização do uso de insumos, a substituição de insumos e o redesenho de agroecossistemas.

O trabalho de extensão universitária no assentamento Córrego Rico busca atuar nos três níveis da transição agroecológica. No que diz respeito à racionalização do uso e substituição de insumos, foram feitas análises de solo nos lotes de todos os interessados, com recomendações de correção de acidez e adubação fosfatada com produtos de baixa solubilidade como os fosfatos reativos. Também foram realizadas várias oficinas sobre a importância da conservação do solo, compostagem, cobertura morta, caldas naturais, irrigação, época apropriada para o plantio e colheita das principais hortaliças, controles alternativos de invasoras, pragas e doenças. A maior parte dessas oficinas fizeram parte de um curso de 120 horas de produção orgânica de hortaliças.

O compartilhamento de conhecimentos e informações no processo de transição agroecológica pode se dar por diferentes vias, desde que mantendo uma dinâmica de interação dialógica. No caso do assentamento Córrego Rico, além das oficinas já mencionadas foram realizadas visitas de intercâmbio, para incentivar a troca de experiências agricultor-agricultor. Na Figura 13, um grupo de produtores do Córrego Rico visita sistemas agroflorestais ((SAFs) no assentamento Mário Lago, em Serrana. A visita estimulou os produtores a tentar pequenos experimentos de SAFs em seus próprios lotes.



Figura 13: visita ao assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto
Fonte: Autores, 2017

O redesenho de agroecossistemas implica em novos plantios ou arranjos produtivos, mas também na recuperação cultivos, principalmente de espécies perenes, abandonados ou mal manejados. A Figura 14 mostra uma oficina de manejo de banana que juntou produtores assentados e alunos e professores da Unesp.



Figura 14: Oficina de manejo de banana
Fonte: Autores, 2017

A banana é uma cultura bastante importante no assentamento por sua aceitação nos programas PAA e PNAE. Além da recuperação de antigos plantios, o projeto investe também em novas áreas e em mudas melhoradas, como é o caso do cultivo da Figura 15, onde a variedade Grande Naine está sendo cultivada em consórcio com glicíndia, uma

leguminosa arbustiva, e com ampla cobertura do solo, uso de composto e manejo do capim braquiária por roçada.

Uma das dificuldades com a cultura da banana é a necessidade de climatização, exigida mesmo por mercados institucionais, para a uniformidade de maturação dos frutos. A próxima viagem de intercâmbio programada pelo projeto de extensão universitária é para visitar agroindústrias montadas no assentamento Sepé Tiarajú, em Serrana, onde foram instaladas câmaras de maturação.

O cultivo de frutíferas apresenta grande potencial para o fornecimento para mercados institucionais pelos assentamentos, principalmente se as restrições de sazonalidade forem contornadas com métodos simples de processamento, como a fabricação de polpa congelada e doces.



Figura 15: Cultivo de banana Grande Naine intercalado com estacas de gliricídia para a produção de matéria orgânica.

Fonte: Trabalho de campo, 2017

Como continuidade das ações do projeto de extensão universitária no assentamento, estão sendo discutidos no momento temas como uma maior racionalização e tecnificação da produção de frangos e ovos, o aproveitamento das chamadas águas cinzas para irrigação de frutíferas e sistemas de irrigação de baixo custo para hortaliças.

CONCLUSÕES

Como demonstrado, os programas de políticas públicas podem contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, embora seja possível afirmar que essa contribuição ainda está aquém do potencial dessas iniciativas. O PAA é o programa de acesso a mercados institucionais mais presente nos assentamentos da reforma agrária, mas seu impacto seria maior se o teto por DAP aumentasse e mais projetos fossem aprovados.

No assentamento Córrego Rico, menos da metade das famílias acessavam o PAA quando a pesquisa de campo foi realizada. Não foi objeto deste trabalho levantar os motivos

pelos quais as demais famílias não estavam se beneficiando de programas de acesso a mercados institucionais como o PAA e PNAE, mas esse seria um tema interessante para futuras pesquisas. Os programas de políticas públicas que tem como objetivo desenvolver a agricultura familiar e contribuir para a segurança alimentar deveriam atuar de forma conjunta, com menos burocracia, mais projetos e mais assistência técnica. O crédito do Pronaf, por exemplo, poderia impulsionar a produção para mercados institucionais, mas quase metade dos entrevistados encontravam-se inadimplentes com essa modalidade de crédito rural e impossibilitados de contrair novos empréstimos.

Também foi visto que um dos impedimentos para um pleno desenvolvimento de iniciativas como o PAA é a falta de estrutura básica de produção nos assentamentos. Um dos principais problemas levantados, a falta de água para irrigação, impedia a produção de hortaliças durante o ano todo em vários dos lotes visitados. Nesse sentido, a extensão universitária, sobretudo quando atua em conjunto com os organismos oficiais de assistência técnica e extensão rural, pode promover o diálogo entre o conhecimento, a pesquisa e o ensino acadêmicos com o dia a dia prático de produtores e técnicos.

SUBMETIDO EM 15 set. 2017

ACEITO EM 15 dez. 2019

REFERÊNCIAS

[ABREU, K. D. R. D.](#) Agricultura Familiar e Políticas Públicas: Um olhar sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e o desenvolvimento dos agricultores familiares. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**, 6. 2012. Anais. São Paulo: PUC, p. 1-18 p, 2012.

[BAUER, M. W; GASKELL, G.](#) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**, tradução Guareschi, P. A., Petrópolis, RJ. 2002.

[BONI V.; QUARESMA S. J.](#), Aprendendo a Entrevistar: Como Fazer Entrevistas em Ciências Sociais, **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política** da UFSC, Vol. 2, Nº 1, p.68-80, 2005.

[BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social.](#) Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> >. Acesso em 12 Set. 2016

[CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J.G. SILVA, D. B. P.](#) Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar. **Revista NERA** (UNESP), v. 32, p. 34-55, 2016.

[CAMARGO, R.A.L; BACCARIN, J.G; SILVA, D.B.P.](#) O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**. Araraquara-SP: FCLAr/UNESP, v. 8, n. 2, 2013.

COSTABEBER, J.A. Transição Agroecológica: rumo à sustentabilidade. **Revista Agrícolas** - v. 3 - no 3, p. 533-548, 2006.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Brasília: Ipea, 2005

FERRANTE, V. L. S. B. DUVAL H. C. GÊMERO C. G. Sistemas Produtivos e Políticas Públicas em Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo: similitudes e diferenças entre duas regiões, **Revista Agrária**, São Paulo, No. 14, p. 23-54, 2011.

ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos municípios do circuito das frutas (SP), **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba -SP, Vol.52, Supl.1, p. S205-S222, 2015.

GRISA, C.; PORTO, S.I. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.) **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 19-52, 2015.

GRISA, C.; PORTO, S.I. Dez Anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.) **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 155-176, 2015a.

SILIPRANDI, E; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.) **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 571-592, 2015.

SIMÃO G. L., SILVA, E. A.; SILVEIRA, S. F. R., Grau de Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Junto aos Agricultores Familiares do Estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 52, No 03, Jul/Set, p. 533-548, 2014.

SUZANEIDE, F. S. M.; DANTAS, M. E.; SALLES, M. C.T; CEZAR FILHO, P.; DUARTE, A. K. N.; MEDEIROS, J. L. B. **Diagnóstico Rural Participativo (DRP)** uma ferramenta necessária para investigação/intervenção. IPEA, CODE 2011. Disponível em: www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo59.pdf

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.